

A Cultura Popular de Arraes

Fábio Silva de Souza*

fabiosilvads@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo, analisamos as dinâmicas internas do Movimento de Cultura Popular (MCP) nos anos 1960 e a aproximação de determinada elite intelectualizada com as camadas populares. Entendemos que os jovens intelectuais que militaram no MCP, uma vez confrontados com os desafios do meio sócio-político-cultural popular da cidade do Recife, desenvolveram propostas programáticas e ações político-culturais que contribuíram para a percepção de que as classes populares deveriam ser sujeitos da sua história e protagonistas da construção de sua identidade. Na nossa hipótese, essa percepção pode ser contraposta às ações e aos valores dos intelectuais que se caracterizaram por certo dirigismo e elitismo. Em outras palavras, sustentamos que a experiência histórica do MCP rompeu os limites e valores que motivaram os intelectuais que formaram o Movimento. A partir dessa hipótese, buscamos, por meio da análise dos documentos oficiais do Movimento, demonstrar que o MCP surgiu de um interesse político-partidário, mas acabou indo além dele. E que o lugar dos intelectuais no movimento foi tensionado entre o dirigismo e o contato efetivo com as massas populares, na construção de um idioma cultural e ideológico comum, marcado por um reformismo e pelo nacionalismo progressista.

Palavras-chave

Miguel Arraes; Movimento de Cultura Popular; Intelectuais; Pernambuco

Popular culture in Arraes' time

Abstract

In this paper, we analyze the 1960s internal dynamics of the Movimento de Cultura Popular (MCP) and the approximation of a certain intellectualized elite with the working class. We understand that the young intellectuals who have participated in activism in MCP, when confronted with the challenges of the socio-political and cultural working class environment from the city of Recife, have developed programmatic proposals as well as political and cultural actions that have contributed to the perception that the working class should be the subjects of their own history and protagonist of their own identity construction. It's our hypothesis that this perception contrasts with the intellectuals actions and values which are characterized by a certain dirigisme and elitism. In other words, we claim that the MCP historical experience has surpassed the limits and values that have motivated the intellectuals from the Movement. Based on this hypothesis and through the analysis of official documents of the Movement, we have tried to demonstrate that MCP was originated by partisan interests, but was not restricted to it. The intellectual's place in the Movement was a battle between dirigisme and the actual contact with the working class in the construction of a common cultural and ideological language marked by a reformism and by the progressive nationalism.

Keywords

Miguel Arraes; Movimento de Cultura Popular; Intellectuals; Pernambuco

*Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade Sumaré. Tem como principal campo de interesse: história do período republicano, com ênfase nas relações entre arte e política durante a Quarta República.

Introdução

O Movimento de Cultura Popular do Recife, criado em maio de 1960, por setores da intelectualidade e do movimento estudantil da capital pernambucana, a pedido do então prefeito do Recife, Miguel Arraes, foi uma associação civil, com um projeto político-cultural que visava, por meio da valorização das culturas dos setores populares, a efetiva alfabetização de tais setores e sua simultânea organização política. A sede do Movimento era situada nas históricas terras do Arraial Velho do Bom Jesus, no bairro de Casa Amarela, onde outrora o General Matias de Albuquerque entrincheirou-se para salvar a capitania de Pernambuco das investidas levadas a cabo pelos holandeses (ARRAES, 1964).

O MCP, como era popularmente conhecido o Movimento de Cultura Popular do Recife, tinha como horizonte utópico transformar a sociedade local e, sucessivamente, a brasileira. Era a partir dessa perspectiva que os intelectuais¹ – artistas e educadores –, com o apoio da prefeitura da cidade do Recife, propõem-se a tarefa de “organizar” as massas urbanas em um processo cujo objetivo inicial era livrar a sociedade recifense da opressão exercida pelo atraso econômico e social que imperava naquela capital, em meados do século XX.

Apesar de ser caracterizado pelas suas lideranças como um órgão de “caráter técnico e rigorosamente

apolítico e pluralista, conforme modelo da UNESCO” (Ofício, 22 out. 1962)², ali militaram correntes intelectuais heterogêneas do ponto de vista ideológico – católica, social-democrata-trabalhista e comunista – animadas pela crença de que o desenvolvimento da região Nordeste só seria concretizado a partir da união entre intelectuais, governo e setores populares.

A hipótese trabalhada neste artigo é a de que a autoimagem construída pelas lideranças do MCP pode ser contraposta às ações e aos valores dos intelectuais que se caracterizaram por certo dirigismo³ e elitismo⁴. Em outras palavras, sustentamos que a experiência histórica do MCP rompeu os limites e valores que motivaram os intelectuais e políticos que formaram o Movimento.

Os primeiros passos de um ideal transformador

O período de 1955-64, no Brasil, registrou uma nova fase dos governos populistas da Quarta República⁵. As políticas de desenvolvimento industrial nacional e as de democratização social e política exigiam reformas estruturais profundas no cenário político da época. Vale dizer: se outrora o Estado era imaginado pairando acima das diferenças de classe, conformando-se, assim, em guardião dos interesses da sociedade em seu conjunto, a partir da segunda metade da década de 1950, essa ideia não se adequava mais à realidade política e

¹Neste artigo, os intelectuais são entendidos como sendo todos aqueles cujas qualidades culturais são reconhecidas e valorizadas no meio social no qual estão inseridos. Ver a respeito dessa perspectiva: SIRENELLI (2003, p. 231-262).

²Endereçado ao Senador Barros de Carvalho, e ao Deputado Humberto Lucena, cujo assunto tratava da inclusão do MCP no orçamento da União destinada à educação. Documento do acervo particular do Prof. Germano Coelho. Doravante esse arquivo será citado pela sigla: APGC (Arquivo Particular Germano Coelho).

³Entendemos por dirigismo práticas políticas que canalizavam, por meio da “elevação do nível cultural das massas” (expressão presente nos documentos oficiais do MCP), as reivindicações populares, no sentido de abrir espaço para uma determinada elite chegar ao poder.

⁴O elitismo ao qual nos referimos pressupõe, segundo PÉCAUT (1990): tomar para si “uma responsabilidade essencial na construção da nação...”, conceber que “organizar” a nação, é “uma tarefa que cabe às elites...” e que, dela, “os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvel cultural e político (...)”.

⁵A fim de explicar à emergência do MCP no contexto político-social brasileiro de meados do século XX, tomamos emprestado o conceito de populismo elaborado pelo sociólogo Gino Germani. Na perspectiva sociológica desenvolvida por ele “o populismo foi caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial). No que se refere ao político, a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e uma ideologia autônomas”. CAPELATO (2009, p.24). Cientes de que esse modelo teórico não consegue abranger todas as especificidades do período em foco, conforme ficará patente ao longo desse artigo, fazemos uso desse conceito tão somente para situar o MCP nos limites do quadro histórico conjuntural pernambucano daqueles anos.

social brasileira. A ideologia política do nacional-desenvolvimentismo lançou as bases de uma nova prática política⁶.

Dito de outra forma, essa empresa tornou possível que grupos progressistas⁷ se aproximassem do poder, alimentando, inclusive, o desejo de controlar efetivamente o Estado. Nessas circunstâncias, intelectuais e políticos não alinhados à ordem vigente projetavam ser possível não só direcionar o Estado para uma identificação com os interesses que eles supunham ser os das classes populares, mas também, realizar uma revolução política e social a partir do próprio Estado. Essa conjuntura lança os pilares para se entender tanto as modificações ocorridas no plano social e político daqueles anos, quanto o nível de consciência possível de um determinado grupo de intelectuais e políticos que conseguiram, em Pernambuco, lograr êxito nesse empreendimento⁸.

Nesse sentido, era em decorrência desse contexto – nova situação econômica, política e social – que as inspirações populares por melhores condições de vida no campo e na cidade se faziam sentir, à época, de diferentes maneiras⁹. Entender as dinâmicas políticas e sociais de meados do século XX dessa forma, nos leva a conceber que, em Pernambuco,

As frequentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos nacionalistas, a mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas estruturas (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização sindical ou as ligas camponesas de Francisco Julião – são alguns dos fatores que estavam a anunciar [...] (WEFFORT, 1980, p.77).

Que as forças progressistas daquele Estado, não estavam apenas imbuídas em proclamar verbalmente a opção pelas camadas populares, mas ter uma prática política rigorosamente afinada aos interesses dos setores oprimidos da sociedade pernambucana. Dessa forma, podemos afirmar que quanto mais as elites progressistas ganhavam clareza sobre essa dimensão das suas práticas, tanto mais percebiam a impossibilidade de separar a educação e as manifestações culturais da dinâmica política. Isto é, refletir sobre em favor do que e de quem estavam suas lutas políticas determinou a maneira como os grupos progressistas pernambucanos passaram a enxergar a importância da educação e da democratização cultural naqueles anos. Voltemo-nos à compreensão contextual das significantes desse processo.

⁶O nacional-desenvolvimentismo pode ser caracterizado como uma orientação que visava à modernização política e econômica do Brasil. Isto é, a transformação de uma sociedade preponderantemente volta para o campo e para a exportação dos produtos nele produzidos, em uma sociedade industrializada e urbana. Esse empreendimento marca a ascensão de uma determinada intelectualidade aos centros de poder, não só porque o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros onde um grupo de intelectuais formulou as principais diretrizes dessa orientação – era organicamente ligado ao governo JK, mas também porque esses e outros intelectuais buscaram influenciar a definição desse projeto no plano político, econômico e cultural. Ver a respeito dessa perspectiva: ABREU (1975).

⁷O termo “progressista” é aqui empregado para identificar uma categoria grande de produtores culturais e formuladores de ideias e projetos que visavam à transformação da sociedade brasileira. Desse modo, utilizamos esse termo para nomear os intelectuais das mais variadas tendências, a saber: comunistas, trabalhistas, socialistas e católicos que procuraram refletir e equacionar, a partir das suas produções intelectuais, as problemáticas em torno do subdesenvolvimento do Nordeste do Brasil, em meados do século XX.

⁸Aqui, fazemos referência à coligação partidária denominada Frente do Recife que, de 1955 aos anos de 1960, reuniu o PSB, PCB (mesmo na clandestinidade), PTB, PTN, PSP e uma parcela considerada progressista da UDN, esta última sigla em fins dos anos 1950 se afasta da coligação. A Frente do Recife tinha como objetivo lutar contra as formas atrasadas de conceber a política em solo pernambucano. Este movimento aliancista era capitaneado pelos então partidos de esquerda, cuja ascensão e sucessivas vitórias a partir de 1955, tanto em nível municipal, quanto no estadual contribuiu para o surgimento do MCP. Ver: AGUIAR (1993); SOARES (1982).

⁹Essa assertiva se filia a tese elaborada pelo sociólogo pernambucano Roberto Oliveira de AGUIAR em sua obra: *Recife da frente ao golpe*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1993. Nela, o autor defende que “os acontecimentos políticos ocorridos em Pernambuco no período compreendido entre 1945 – 1964 – particularmente aqueles que ocorreram a partir de 1955 – não podem ser entendidos como expressão da unicidade da vida política de Pernambuco naquele período [...] o chamado ‘avanço das massas’, basicamente, não foi um movimento orientado contra a expansão do capitalismo no Brasil. Pelo contrário, [...] aqueles movimentos políticos ocorridos em Pernambuco a partir dos anos 50 expressaram o amplo desejo generalizado por reformas sociais, sustentado por vários setores da sociedade local, regional e nacional naquele período”.

A rigor, havia por parte daqueles grupos de intelectuais e políticos, o entendimento de que as classes dominantes não poderiam jamais denunciar as verdadeiras causas dos níveis de pobreza e de miséria das camadas populares. O ponto de partida para se chegar a essa conclusão era o fato dos progressistas conceberem que a única preocupação das classes que compunham a ordem estabelecida era organizar sistemas e sistematizar ideias que colocassem as camadas populares passivas a uma conjuntura capitalista opressora. Ou seja, os conservadores trabalhavam por meio daquilo que aqui vamos chamar de “agentes de controle” da ordem vigente – economia, política e educação –, no sentido de criar verdades tidas como universais e necessárias para todos, mas que na realidade “diziam” e “educavam” afirmando tudo o que servia ao ideário de dominação política e econômica das classes abastadas sobre as camadas populares.

Nesse contexto, estava posta a necessidade de se fazer uma crítica política dos sistemas que regiam a sociedade pernambucana. No plano da educação e das manifestações culturais, era observado que enquanto o sistema político estivesse sustentado por princípios de desigualdade e arbitrariedade, a educação teria como tarefas precípuas, primeiro, difundir como conhecimento os valores que justificassem a realidade de opressão e submissão legada às camadas pobres daquele Estado. Segundo, separar a sociedade em dirigentes e dirigidos. Essa última tipologia, se assim podemos chamar essa última caracterização, era fruto da distribuição desigual dos saberes, tanto no plano da educação formal quanto ao que concerne ao acesso das classes menos favorecidas economicamente às produções culturais que, à época, muito informavam sobre a realidade política e social na qual estavam todos inseridos.

Dessa forma, destacamos que os primeiros passos na direção do processo de politização da educação e

da cultura, nos anos 1950-60, passavam por dois momentos distintos, mas que ao fim e ao cabo se imbricavam. O primeiro era o da crítica ao papel da educação e da cultura no contexto daqueles anos, suas formulações, propostas, bem como o seu funcionamento e usos em relação às camadas populares. O segundo versava sobre pensar um trabalho político de criação de uma nova perspectiva. Algo que pudesse contribuir, significativamente, para que as camadas populares se tornassem corresponsáveis, no plano da política institucionalizada, pelo projeto alternativo de sociedade que já era, à época, uma questão latente para as camadas camponesas e urbanas oprimidas pela ordem vigente (PAGE, 1972).

Observemos como essa nova perspectiva, como esse novo projeto de sociedade, dependia de um pressuposto básico: a organização das camadas populares. Contudo, cumpre-se destacar, que essa questão não era entendida em termos lógico-formais. Não era necessária a consolidação da organização das massas para levar a cabo o projeto de uma nova sociedade. Na teoria e na prática, não se tratava disso. O que interessava, de fato, era sensibilizar todos os setores cujas perspectivas se coadunavam, de alguma maneira, ao projeto pretendido. Sendo assim, se o encaminhamento político acertado era agregar todos os estratos interessados em um novo modelo de sociedade, a aproximação e a organização das massas em prol desse objetivo eram realizadas por meio da politização tanto das manifestações culturais, quanto por meio da educação básica.

A estruturação dessa tática implicava, certamente, aquilo que o documento abaixo citado nos informa:

A necessidade de evitar qualquer plano fantástico e inesequível [sic] e sim a de partir da realidade apresentada pelo Município, não pode impedir um programa que leve em conta a educação integral, longe de limitar-se à generalizada apressandizagem [sic] das letras e dos costumes que, por si só, nem ao menos conseguirá despertar o gosto pela leitura e muito

menos despertar o indivíduo para os problemas fundamentais da realidade comum e da sociedade em que vive. Particularmente nos tempos que atravessamos em que o país caminha vertiginosamente para uma era tecnológica e industrial e se faz preciso preparar o homem para construí-la, cada vez mais dignificando-se a sua condição humana. Dessa forma, dentro de um programa de ação, livre de qualquer aparato fantasista, porém visando a eficiência do ensino, procurará cooperar diretamente com as instituições particulares de caráter educativo, auxiliadas ou subvencionadas pela Prefeitura a fim de que recebam influência decisiva para a melhoria de suas condições de ensino, ao mesmo tempo que lutará por estabelecer um tipo de escola moderna, escola viva, escola de trabalho, servida por todos os recursos de uma sã e autêntica pedagogia, de modo a tender, gratuitamente [sic], para a realização de um plano municipal de educação à altura da cidade do Recife (APGC, doc. s/n).¹⁰

Observemos a tônica empregada no documento. Por um lado, o Estado ali representado procurava agir no sentido de que as camadas oprimidas perdessem “a fé servil no Estado” e, por consequência, nas elites conservadoras que por muito tempo estiveram a sua frente. De outro, que os empreendimentos educacionais dispensados pela prefeitura, a partir daquela nova conjuntura, pudessem resgatar a raiz etimológica da palavra “público”, isto é, popular. Em decorrência desses dois direcionamentos, o documento nos informa um terceiro que, a nosso ver, era a pedra angular dessa nova forma de se pensar os empreendimentos educacionais. Nessa nova perspectiva, a educação, seja ela básica ou por meio das manifestações culturais, não deveria mais ser tutelada / controlada pelo Estado. Isso não implicava, deixamos claro, a liberação do Estado dos seus encar-

gos no que concerne a essa questão. Mas sim, fazer com que os organismos representativos das camadas populares, bem como os próprios populares passassem a ser parte integrante no processo decisório das políticas educacionais emanadas do Estado. Tratava-se, desse modo, de contribuir para projetos educacionais autônomos em relação ao Estado. De conceder à educação, de modo sistemático e elaborado, um lugar de importância na organização das massas no interior dos seus próprios espaços.

No entanto, parece-nos sintomático que a defesa dessas ideias desembocava em um dilema difícil de ser superado. Em que medida essas instituições e seus respectivos militantes conseguiam permanecer verdadeiramente autônomos em relação ao Estado? Seria possível uma organização receber dotações orçamentárias do Estado e permanecer blindada de uma possível ingerência governamental em suas atividades? Em que termos essa relação era pautada? Nos próximos itens, buscaremos esclarecer essas questões a partir do ponto de vista das atividades educacionais e culturais desenvolvidas pelos intelectuais que militaram no Movimento de Cultura Popular do Recife.

Das ideias à ação: MCP e suas relações com os governos do Arraes

Ao nos perguntarmos qual era o papel que cabia à prefeitura da cidade do Recife (1959-62), e, posteriormente, ao governo do Estado de Pernambuco (1963-64), nos empreendimentos levados a cabo pelo MCP, precisamos considerar os embates ideológicos travados, sobretudo, a partir de 1955¹¹. Essa tarefa é imprescindí-

¹⁰Excerto do documento que faz um diagnóstico sobre a “situação calamitosa” da população do Recife em idade escolar e traça algumas diretrizes que deveriam ser seguidas para que essa situação fosse equacionada a partir dos novos interesses das elites progressistas que assumiam prefeitura da capital pernambucana na segunda metade dos anos 1950. Embora o texto não esteja datado, o seu conteúdo deixa claro que se trata de um documento redigido ainda no calor da posse de Miguel Arraes como prefeito da cidade do Recife, em 1959.

¹¹A relação entre os intelectuais do MCP e a prefeitura da cidade do Recife (1959-1962) e, posteriormente, com o governo do Estado de Pernambuco (1963-64), são aqui fundamentadas a partir das ideias elaboradas por Raymond Williams. A partir do conceito de *artistas e patronos*, esse autor nos fornece elementos que nos possibilitam entender, de forma mais acurada, os enlances estabelecidos entre aqueles intelectuais e os poderes públicos. Ver a respeito (WILLIAMS, 1992. p.38-44).

vel para chegarmos a resultados mais acurados sobre a relação entre os intelectuais daquele movimento e o Estado. Sendo assim, passemos a analisar dois textos de época que nos parecem emblemáticos para se compreender essa conjuntura ideológica.

Êsse mar de gente, que em sua imensa maioria é feito de camponeses e operários vindos de diferentes áreas nordestinas, não chegou até aqui trazidos pela curiosidade gratuita. Ele aqui acorreu convocado para um encontro histórico, para dizer, com sua presença participante, que aceita e assume à cota de responsabilidade que lhe cabe, no compromisso que vamos hoje a aqui selar.

A demagogia já não teria tido o poder de convocá-lo. É que nesta terra, de vida dura e gente maltratada, muita coisa mudou e algo novo está acontecendo. Por longos anos, o povo do Nordeste aplaudiu palavras que não se transformaram em ação, teve esperança em promessas que não foram cumpridas. Nem por isso as coisas melhoraram. Pioraram as estatísticas da miséria e da vergonha. E mais que as estatísticas, piorou a vida do povo [...] Tenho vergonha dessa verdade, mas tenho o dever de proclamá-la. Ela é bem o símbolo de um sistema de privilégios e de discriminação, que há muito já deveria ter sido destruído. A maioria das estruturas e das instituições, em que se cristaliza êsse sistema, constituem uma mentira histórica que é criminoso continuar sustentando. As instituições e as estruturas – isso é lição elementar – não são nem imutáveis nem eternas. Por isso é que, quando alguém vocifera que tal ou qual comportamento é uma ameaça às instituições, por atrasadas [sic] e caducas, nem são mais instituições e constituem crime contra a vida de milhões de patrícios nossos. [...]

A discriminação e a violência, porém, já não se exercem tão tranquilamente, como outrora. Nessa verdadeira pedagogia da experiência que outra coisa não tem sido sua luta sobreviver – nosso povo tem aprendido muito; e já aprendeu o suficiente para não mais se deixar iludir, para não mais permitir que sua miséria e seu sofrimento continuem alimentando a demagogia dos que dele se lembram, e lembram mal, às vésperas de eleições. Nosso povo adquiriu uma sabedoria nova, que em grande parte resulta de sua posição realista e crítica diante do que impediu e

ainda impede a solução de seus dramáticos problemas [...] O que temos hoje diante de nós – ninguém se iluda a êsse respeito – é uma realidade nova: é a realidade de um povo que decidiu não mais viver à margem, não mais viver de espectador da sua própria história; êsse povo decidiu assumir o papel que legitimamente lhe compete, de ser ele próprio criador da História (APGC, Discurso de Miguel Arraes em comício, 28 jul. 1963).

Assim falava, em 1963, Miguel Arraes. Embora essa citação em si já nos diga muito sobre suas posições ideológicas, vamos analisá-la a partir da comparação com outro texto de época.

Poderá o Sr. Miguel Arraes vir a realizar um dia, em nossa política nacional, o que não fez o Sr. Jânio Quadros?

*É por ora uma pergunta que faço a mim mesmo, pensando em voz alta ao ler os termos do seu discurso de posse. A resposta só poderá vir com o correr do seu Governo. A renúncia do nosso ex-Presidente nos ensinou, de modo definitivo, a não nos deixar embalar por fáceis esperanças. O 3 de outubro de 1961, como agora o 6 de janeiro de 1963, foi uma demonstração eloquente de duas coisas: que o povo brasileiro quer uma mudança profunda nas instituições, ou pelo menos no modo de serem conduzidas; e ainda acredita, como sempre acreditou durante toda a sua história, no modo pacífico de realizar essa transmutação de valores. É certo que o processo violento da hiperinflação está levando êsse mesmo povo às raias do desespero. E êsse é hábilmente explorado pelos radicalistas da extrema direita e da extrema esquerda, isto é do **gorilismo** e do **fidelismo**, duas plantas exóticas mas facilmente aclimatáveis em nosso meio se continuar-mos pelos caminhos da aventura, da leviandade, do esbanjamento que vínhamos ultimamente trilhando, e contra o qual vem sãbiamente reagindo a política financeira dos Srs. João Goulart e San Tiago Dantas.*

Ora, um homem como o Sr. Miguel Arraes, que não conheço pessoalmente e desejo julgar apenas por seus atos e não apenas por suas palavras, é um valor novo em nossa política nacional. Apresenta-se sem aspecto demagógicos, sem retórica, sem violência, sem promessas, sem ameaças, mas também sem contem-

plações e complacências com os vícios de uma política de fachada e de interesses plutocráticos ou revolucionários, e marcado apenas pelo sestro de um nacionalismo econômico, de que poderá curar-se (APGC, doc. Novas Esperanças: o que disse Tristão de Athayde sobre o Governador Miguel Arraes)

Essas duas reflexões nos parecem sintomaticamente típicas da conjuntura ideológica dos anos 1950-60. De um lado, estava um político sensível ao futuro, do outro, um pensador sensível ao passado. Em Pernambuco, havia muitos políticos identificados com a segunda forma de pensar a sociedade. Quase sempre, com posicionamentos mais radicais do que esse apresentado pelo Tristão de Athayde¹². Eram muitos os que se sentiam seguros e tranquilos, calmamente convencidos de que não teriam senão de repetir as práticas políticas que já eram realizadas há muito.

Insusceptíveis, devido a essas características, de vislumbrar as mudanças pelas quais a sociedade pernambucana estava passando à época, esse grupo era sempre tomado de surpresa ante os acontecimentos. E, curiosamente, logo que o novo vinha à tona faziam-se conservadores desse novo. Essa dinâmica obedecia a uma espécie de tradição enraizada há muito na sociedade brasileira e manifesta, de forma mais latente, na conjuntura social do Estado de Pernambuco. No entanto,

havia entre aqueles, muitos que sentiam o futuro e, como Miguel Arraes, julgavam que a sociedade pernambucana deveria esquecer o sombrio passado e abraçar de forma destemida o futuro. Para esses últimos, o processo de integração social já não poderia mais ser sustentado, apenas, por mudanças na estrutura política. As transformações na ordem política deveriam ser sucedidas por transformações que pudessem atingir significativamente as raízes dos problemas sociais que assolavam o Estado de Pernambuco. Assim, a relação que aqui nos propomos pormenorizar, não pode ser entendida como um simples plano pedagógico, nem como um mero plano administrativo, mas sim, como um plano de descentralização política e de reconhecimento do estado de integração de uma parcela da sociedade para o cumprimento de um determinado objetivo comum.

Nesse sentido, havia uma interdependência entre intelectuais e Estado. E nessa relação, os militantes do MCP assumiam uma posição ambígua em relação ao poder público.

Pensado como uma instituição, cujo fim era organizar as camadas populares pernambucanas para dar sustentação política a uma determinada elite progressista, os intelectuais que ali militaram exerciam um duplo papel nesse jogo político. Ora eles representavam o poder público e seguia, assim, as diretrizes emanadas do

¹²Vejam os termos em que nos fundamentamos para considerar Alceu Amoroso Lima (também conhecido como Tristão de Athayde) um intelectual conservador, cujo olhar era sensível tão somente ao passado. Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em seguida viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. Em 1919 iniciou sua colaboração em O Jornal como crítico literário, passando a utilizar o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, começou a demonstrar interesse por assuntos religiosos. Assim, em 1932, diante da convocação de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1933, participou da fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e tornou-se secretário-geral da organização. O objetivo da LEC era oferecer apoio aos candidatos que, independentemente de partidos, se dispusessem a defender na Constituinte os pontos de vista da Igreja, como a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas, a pluralidade sindical. Apesar de simpático à Ação Integralista Brasileira (AIB), evitou uma associação maior com essa organização, preocupado em manter a LEC como entidade suprapartidária. Como professor, opôs-se à corrente renovadora do ensino aglutinada no movimento da Escola Nova, liderado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Combateu especialmente a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal durante a prefeitura Pedro Ernesto, bem como seu projeto da Universidade do Distrito Federal (UDF), incomodado com o surgimento de um centro de ensino superior de orientação laica, gerido a partir de um pólo de poder identificado com uma perspectiva política de esquerda. Após a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, foi nomeado reitor da UDF e patrocinou o desmonte da estrutura criada por Anísio Teixeira. Em 1945, tomou parte no I Congresso Brasileiro de Escritores, marco decisivo na redemocratização do país. Em 1962 participou, como representante brasileiro, do Concílio Vaticano II e foi profundamente influenciado por suas decisões e pela nova orientação dada à Igreja Católica pelo papa João XXIII. Aprofundando suas concepções liberais, passou a admitir a evolução da sociedade em direção ao socialismo. Em 1967 foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma. Morreu em Petrópolis (RJ), em 1983. Ver mais detalhes sobre a trajetória de Alceu Amoroso Lima, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

Estado. Ora representavam os interesses das camadas populares por uma maior participação na dinâmica política. Ao fim e ao cabo, aqueles intelectuais eram uma ponte de mão dupla entre o governo e setores populares.

Essa complexa relação deitava suas raízes no fato de Miguel Arraes projetar as necessidades de um novo modelo de sociedade para as formações intelectuais que compunham o MCP, de um lado, e, de outro, porque esses mesmo intelectuais vislumbravam, também, alcançar as mudanças tão desejadas por meio de uma revolução que começaria a partir do Estado. E ambos não poderiam abrir mão do apoio de uma população que, à época, já tinha emergido para uma posição de destaque no cenário político local.

Desse modo, nossa primeira convicção básica é de que não havia diferença no enfoque sobre o trabalho a ser realizado junto às camadas populares. Não havia discrepância em relação aos planos de ação que deveriam ser seguidos no interior do movimento. Ou seja, se havia algum tipo de divergência entre as políticas de Estado e os projetos que eram emanados diretamente a partir das iniciativas dos intelectuais, essas diferenças eram transformadas em diversidade de trabalho a partir da constatação do a favor do que e de quem os trabalhos eram realizados.

Nossa segunda convicção básica é a de que em todas as deliberações sobre a estruturação dos planos e objetivos a serem seguidos pelo MCP todas as vozes eram escutadas, seja ela um voz que partisse de dentro do Estado ou de algum intelectual sem vinculação político partidária. Mas se o MCP fosse uma organização na qual as decisões fossem tomadas sem o aval prévio do então prefeito e depois governador Miguel Arraes, o movimento estava fadado, por certo, a não atingir seus

objetivos. Essa assertiva se fundamenta no fato de que os principais projetos que o MCP desenvolvia tinham uma ligação orgânica com a prefeitura da cidade do Recife. Um exemplo paradigmático dessa ligação pode ser apreciado a partir dos enlaces estabelecidos entre prefeitura e MCP no que concerne aos projetos artísticos do movimento pernambucano.

Desde a mais longínqua antiguidade, argumentava um destacado membro da Divisão de Cultura Brasileira do MCP, o teatro sempre foi tido como um profícuo instrumento de transmissão de valores, assumindo, dessa forma, um lugar de vanguarda e influência na alma do povo ao longo da história. Sabedores do valor cultural e educacional dessa arte, o Departamento de Educação e Cultura da prefeitura da cidade do Recife e o MCP estabeleceram uma estratégia de ação consequente nesse campo¹³. Ao levarmos em consideração que, à época, o ensino da arte teatral no Brasil não tinha uma categoria legal, os elementos que pautaram aquele diálogo entre a prefeitura e o MCP nos fornecem algumas informações que nos possibilitam entender os pormenores da relação dos intelectuais que ali militaram e o Estado (APGC, doc. Plano de Atividades do Serviço Nacional de Teatro para 1961).

Para efeito de apreender tal conjuntura, passemos a analisar alguns documentos:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE, usando de suas atribuições legais e considerando a proposta que lhe foi encaminhada pelo Departamento de Documentação e Cultura, através do ofício D. AS – 278, de 8 de março de 1961,

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica fundado, como órgão consultivo, junto ao departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, a Comissão de Teatro.

¹³O argumento que aqui fazemos referência foi desenvolvido pelo Juracy Costa Andrade em comentário sobre os festivais do Recife (APGC, doc. s/nº).

ARTIGO 2º Compete à Comissão de Teatro:

[...]

- 3) – *Fortalecer um teatro de cunho cultural e artístico, popular, regional e educativo;*

[...]

7) – *Aglutinar e estimular todos os conjuntos teatrais amadores e profissionais, bem como todas as instituições pertinentes ao teatro a fim de assegurar a dinamização do movimento teatral;*

[...]

9) – *Sugerir aos Poderes Públicos legislação que proporcione o desenvolvimento do teatro;*

10) – *Planejar, em colaboração com entidades bancárias, concessão de empréstimos às empresas teatrais bem como financiamento para a montagem de peças;*

11) – *Opinar sobre os pedidos de auxílio financeiro e empréstimos formulados ao Departamento de Documentação e Cultura pelos conjuntos teatrais vinculados à Comissão de Teatro para a preparação de repertório e apresentação de espetáculos[...]* (APGC, Decreto nº 4270, 08 mar. 1961).

Realçamos nesse documento que, por meio do Departamento de Documentação e Cultura, a prefeitura da cidade do Recife coordenava toda a produção teatral na capital pernambucana. E dentro dessa linha de ação, todos os empreendimentos teatrais ligados à Comissão de Teatro, inclusive os do MCP, estavam sob uma mesma perspectiva de política cultural chancelada, organizada e, em grande medida, dirigida pela prefeitura. Dessa forma, tratava-se de ações planejadas a partir do Estado, conseqüentemente não entregues à improvisação. Aquele órgão consultivo tinha a finalidade de compreender, por meio de um intercâmbio cultural dos diversos grupos teatrais, pesquisas e debates, os problemas pelos quais a produção teatral pernambucana estava passando à época. Essa iniciativa tinha como objetivo dar um novo impulso aquela expressão artística, mas dentro de uma perspectiva que valorizasse a realidade

local, não dando espaço para que os grupos pudessem agir à sua maneira no que concerne ao pensar artístico.

Havia por parte da Comissão de Teatro, o decreto analisado nos informa de modo contundente, a existência de um latente esforço em promover a ampliação do público teatral, sobretudo, na cidade do Recife. À medida que a Comissão de Teatro se tornava um *continuum* entre aqueles diversos grupos, vantagens surgiam, ao lado de problemas. De um lado, havia o aumento da pressão e do controle da prefeitura sobre aquelas produções culturais. No bojo desse controle, a nosso ver, a prefeitura interpretava aqueles grupos a partir de um ponto de vista utilitário, como um “sistema escolar” dirigido para um fim específico, a mudança da sociedade.

De outro lado, à medida que a distinção tradicional entre o fazer teatral e a sociedade menos abastada desaparecia, e tanto a pesquisa como as funções intelectuais investidas naquelas produções eram partilhadas com a comunidade mais ampla, tornava-se evidente que o teatro, e aqui também ampliamos o leque para as outras manifestações culturais, perdiam o caráter de veículos centrais para a mudança da ordem política e social. A sociedade mudava em virtude de toda a revolução ocasionada pela aproximação dessas manifestações culturais das camadas populares. Nesse sentido, aquele teatro, de um modo ou de outro, não perdia sua identidade com os preceitos emanados da prefeitura por ser “consciente” do seu relacionamento com as esferas políticas e sociais e da sua “responsabilidade” para com elas.

Independente do sentido que possa ser interpretado sobre aquele processo, ao fim e ao cabo, aquela sociedade estava sendo reestruturada cada vez mais pela nova igualdade de oportunidades no início do processo educacional, fosse ele por meio dos empreendimentos culturais ou não. Nesse sentido, a interdependência

entre os intelectuais do MCP e a prefeitura da cidade do Recife, não colocava em xeque o intuito de democratizar as manifestações teatrais, que estava na base daqueles projetos.

Vejamos algumas peças, autores e grupos teatrais do primeiro festival de teatro da cidade do Recife organizado pela Comissão de Teatro em conjunto com o MCP:

Destacamos desse empreendimento o empenho da prefeitura e do MCP no sentido de viabilizar o conagraçamento da classe teatral do Recife – amadores e profissionais¹⁴. Essa agitação artística, no melhor sentido, obtida pelo comprometimento da prefeitura e do MCP em democratizar as manifestações teatrais, tiveram resultados expressivos. No campo artístico, houve a revelação de novos talentos em diferentes setores da atividade teatral:

Autores	Peças	Grupos teatrais
Nelson Rodrigues	BÔCA DE OURO	Teatro Nacional de Comédia (TNC).
Arthur Azevedo	A JOIA	
Antônio Calado	PEDRO MICO	
José Carlos Cavalcanti Borges	O ECLIPSE	Teatro Universitário de Pernambuco.
Noel Coward	A MULHER DO OUTRO MUNDO	Os populares
J. P. Sartre	A...RESPEITOSA	Teatro do Estudante Israelita de Pernambuco
Luiz Marinho	A DERRADEIRA CEIA	Teatro Experimental de Cultura.
Hermilo Borba Filho	UM PAROQUIANO INEVITÁVEL	Teatro Adolescente do Recife
Cleiber de Andrade	DIVA	Teatro Phoenix do Recife
Molière	L'ECOLE DES FEMMES	Os Comédiens de l'Orangerie
Mario Sette	SENHORA DE ENGENHO	Teatro do Funcionário Público
Godofredo Tinoco	JUDAS NO TRIBUNAL	Teatro Pernambucano
Gianfrancesco Guarnieri	ÊLES NÃO USAM BLACK TIE	Teatro de Amadores de Caruaru
Dias Gomes	O PAGADOR DE PROMESSAS	Teatro de Amadores de Pernambuco

(APGC, doc. s/n. relatório sobre o I Festival de Teatro do Recife produzido por Graça Mello).

¹⁴Idealizado pelo Prof. Germano Coelho, o I Festival de Teatro do Recife foi promovido e organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura da prefeitura da cidade Recife com significativo apoio do MCP e do Serviço Nacional de Teatro.

AUTOR – LUIZ MARINHO – Sua pela [sic] “A DERRADEIRA CEIA” marcou estreia como autor, e nos termos do Regulamento Geral, será a mesma publicada pelo DDC.

DIRETOR – WILSON MAUX – Dirigiu o elenco de “OS POPULARES”, aumentando assim o tão necessário quadro de diretores atuantes no Recife, iniciando sua atividade em tal setor.

CENOGRÁFOS – UBIRAJARA GALVÃO assinando os cenários de “O ECLIPSE” e “O GENRO DE MUITAS SOGRAS”, JOÃO BOSCO com “A MULHER DO OUTRO MUNDO”, LÚCIO CASTRO com “A...RESPEITOSA”, Renato Mello com “ÊLES NÃO USAM BLACK TIE”, foram novos artistas revelados pelo Festival;

ATORES E ATRIZES – Numerosa é alista dos amadores que estiveram em teatro, atuando nas peças do I FESTIVAL (APGC, doc. s/nº I Festival de Teatro do Recife).

Elemento que se articulava a uma perspectiva de política cultural que buscava concorrer para que se multiplicassem os profissionais envolvidos nas lides teatrais e, também, contribuir para a criação de uma nova dramaturgia pernambucana afinada ao projeto de sociedade emanado do entrelaçamento das ideias dos intelectuais do MCP e do prefeito Miguel Arraes.

Dessa especialização no campo das artes, florescia a necessidade de estreitar a cooperação entre especialistas de campos relacionados, e a interdependência entre indivíduos e entre indivíduos e Estado como um fator positivo na construção do projeto de uma nova sociedade. Desse modo, a necessidade de reconhecer as limitações de conhecimento em alguns campos, seja ele da esfera político-administrativa, ou até mesmo do campo artístico, criava o caminho para que alguns intelectuais que não se ajustavam a um sistema rígido, e por vezes até dogmático, vislumbassem uma liberdade

para descobrir padrões de relacionamento que os conduzissem a executar um projeto comum a partir das diretrizes oriundas da prefeitura do Recife. Assim, nos empreendimentos do MCP, em que o conhecimento e a racionalização tinham as melhores cotações, a capacidade individual do intelectual de aprender, ou de se adaptar a condições de trabalho cambiantes era, a todo o momento, requerida.¹⁵

Desse modo, o impacto dos projetos do MCP na dinâmica social pernambucana, os padrões em mudança e as novas exigências do ensino e da pesquisa, a crescente pressão e controle exercidos pela prefeitura sobre os empreendimentos culturais daquele movimento, resultavam no enlace cada vez mais estreito e interdependente entre intelectuais e o poder público. Essa relação era pautada pelo reconhecimento de que educação, projetos culturais e desenvolvimento econômico, político e social estavam ligados integralmente. Assim, o planejamento das ações do MCP era uma parte do planejamento total de uma prefeitura cujo objetivo era redefinir as bases sociais, política e econômica da sociedade pernambucana.

Dito isso, cabe analisarmos o documento que traz à tona o significado daquele festival:

O I Festival de Teatro do Recife, que se repetirá anualmente, durante o verão, se enquadra nesta política cultural mais larga. Mobiliza o drama do Recife. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama, dos morros e alagados, onde proliferam o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome (APGC, doc. s/nº I FESTIVAL DE TEATRO DO RECIFE. “SIGNIFICAÇÃO DO FESTIVAL”).

Vejamos que os projetos culturais tomados como atividades sistemáticas requeriam dos intelectuais que os promoviam a definição das intenções que pre-

¹⁵Aqui empregamos a palavra “racionalização” no sentido sociológico do termo. Ação que é racional quanto aos fins que se propõe a alcançar.

tendiam atingir e que a ação das manifestações culturais incidia sobre os indivíduos enquanto sujeitos coletivos, situados em uma sociedade determinada, em um tempo definido. Essas características faziam com que aquele empreendimento fosse pensado a partir de um corpo de ideias que emanavam de perspectivas e valores que traduziam o desejo de mudança de ordem completa – política, econômica e cultural. Portanto, a organização dos empreendimentos do MCP pressupunha a articulação de interesses para o alcance de determinada meta, o que por sua vez, criava a interdependência entre os intelectuais que militaram naquele movimento e o prefeito/governador Miguel Arraes.

Ao levarmos em consideração que existia uma organização pedagógica por traz de todos os empreendimentos do MCP e que ela consistia em uma mediação entre uma concepção de sociedade e uma ação educativa em uma realidade determinada, no próximo item buscaremos desenvolver algumas considerações sobre o pensamento dos intelectuais daquele movimento em face da natureza transformadora dos empreendimentos que almejaram reestruturar as bases da sociedade pernambucana.

Algumas distinções sobre o pensamento dos intelectuais do MCP

Ao analisarmos mais detidamente a estrutura interna do MCP, nos deparamos com uma expressiva variedade de formas de se pensar aquele empreendimento. Em alguns setores, militavam juntos estudantes e intelectuais de diferentes confissões religiosas. Era aquilo que poderíamos chamar de braço cristão no MCP. Esses elementos imprimiam às atividades às quais estavam vinculados uma perspectiva motivada pela própria fé. Em outros setores, alguns militantes tomavam para si a tarefa de serem mais independentes, confrontando e, por vezes, até criticando as formações intelectuais que confessavam a adesão a uma religião

em suas atitudes e formas de pensar. Na maior parte dos casos, esses intelectuais eram vinculados ideologicamente ao comunismo.

De igual modo, outras formações intelectuais e, conseqüentemente, possibilidades de se entender os projetos do MCP eram encontradas no interior daquele movimento. Escolher uma delas como a única via para dar solução à problemática a qual nos propomos discutir nesse item, seria não fazer justiça à natureza plural do movimento pernambucano. Nossas considerações devem levar em conta ainda um segundo fator. O programa contido nos projetos do MCP levantava e esclarecia muitas questões pertinentes ao posicionamento dos intelectuais que ali militaram. Nesse sentido, qualquer que seja a interpretação a respeito das posições daqueles intelectuais, elas devem ser fundamentadas a partir do conjunto de opiniões refletidas nos posicionamentos assumidos pelo movimento como um todo.

Dessa forma, reeducar-se às diferentes possibilidades de trabalho, pensar em conjunto, adquirir uma estética, era formar um conceito comunitário. Era submeter-se a uma disciplina, a uma responsabilidade. Era, acima de tudo, um tipo de comunicação racional. Essa complexa dinâmica, que vertia valores de grupos heterogêneos em uma filosofia comum, é o que nos interessa explorar a fim de chegarmos a resultados mais acurados sobre as posições dos intelectuais daquele movimento. Em síntese, buscaremos analisar as bases do projeto que intencionava assegurar a promoção de indivíduos marginalizados socialmente ao plano de cidadãos conscientes e participantes da dinâmica política, social e econômica do Estado de Pernambuco.

Os intelectuais do MCP propunham àquelas camadas pobres e exploradas de todas as formas por conceitos demagógicos, um novo sistema de contrato elaborado a fim de promovê-las, dentro de um quadro de promoção em grupo, sem distinção de classe ou sexo, a

uma nova configuração de tecido social. Esse esforço, sem perder de vista a preocupação em não destruir o que havia de original e de fecundo nas culturais tradicionais da população nordestina, visava estabelecer uma comunicação livre de entraves entre as camadas populares e o mundo moderno – em sua esfera econômica, política e social¹⁶.

A perspectiva que orquestrava os meios utilizados para alcançar o fim colimado era, fundamentalmente, aquela de se servir da educação para atingir a economia, a política e o social. De promover e financiar o complexo de atividades e relações de bases populares, agregando tudo quanto possível e colocando-o a serviço de uma sociedade menos injusta. De descentralizar comunitariamente o máximo de serviços e bens culturais que pudessem animar as qualidades e potencialidades dos grupos que eram alvos dos projetos daquele movimento, para que já no primeiro momento, eles estivessem aptos a resolver os problemas essenciais da vida cotidiana.

O instrumento principal de promoção dessas populações socioeconomicamente marginais, e na primeira etapa dos trabalhos um dos maiores obstáculos a serem superados, era despertar o interesse dos próprios oprimidos pelo processo que estava em marcha. Na ótica dos intelectuais do MCP, sem esse elemento, sem a compreensão dos setores populares sobre a dinâmica a qual eles estavam se vinculando, sem um interesse voluntário em melhorar sua condição de vida e, sobretudo, sem sua colaboração espontânea, não seria possível re-

formas profundas e duráveis na conjuntura social daquele Estado.

Isso porque esses intelectuais sempre se pautaram por outras experiências de trabalhos do mesmo tipo e que, em grande medida, serviam como um delimitador daquilo que era ou não pertinente para que o trabalho, juntos às camadas populares, pudesse dar certo. Vejamos um deles:

A experiência e a derrota das Universidades Populares (1898-1902), reunião de intelectuais e trabalhadores que não sabiam compartilhar o seu conhecimento, nem formar uns aos outros, fornece-nos informações preciosas para melhor realizar este trabalho. A nossa experiência com a educação popular desde a Liberação faz com que possamos situar melhor as condições gerais desta formação: dar autoconfiança aos autodidatas, saber escutar seus depoimentos, ensiná-los a compartilhar o que sabem, ajudá-los a compartilhar suas experiências do dia a dia. Resumidamente, participar juntos de uma cultura comum. [Para isso,] sentimentos de generosidade e as melhores técnicas (o nosso país realizou um vasto trabalho de pesquisa, desenvolvimento e experimentação) não são suficientes. Às vezes por timidez, às vezes por ignorância do meio onde vivem os autodidatas, por desconhecimento de [suas] maneiras de ver, sentir, entender e julgar, os intelectuais vão por caminhos errados. Acontece de eles machucarem sem perceber. Para o meio popular, uma ideia é um ato. Os educadores nem sempre sabem que linguagem utilizar com pessoas cujas dificuldades, hesitações e, às vezes, os dramas internos, eles ignoram. (DUMAZEDIER, 1958, tradução nossa).¹⁷

Fundamentados a partir dos erros e acertos dessa e de outras experiências, os intelectuais do MCP

¹⁶Nesse contexto, os intelectuais do MCP entendiam por “mundo moderno”, todos os setores da sociedade alcançarem a mínima soma de bens imprescindíveis a uma vida digna.

¹⁷Citação no original: L'expérience et l'échec des Universités Populaires (1898-1902) rassemblement d'hommes-intellectuels et ouvriers qui ne savaient pas partager leurs savoir, ni se former les uns les autres, nous donne de précieuses informations pour mieux entreprendre de travail. Notre expérience de l'Education Populaire depuis La libération nous permet de mieux situer les conditions générales de cette formation: Donner confiance en eux-mêmes aux autodidactes – savoir écouter leur témoignage – apprendre à partager de qu'ils savent – les aider à échanger leurs expérience de La vie quotidienne. En bref participer ensemble à une culture commune. Les sentiments généreux, les meilleurs techniques (notre pays a accompli un vaste travail de recherche, de mise au point, d'expérimentation) ne suffisent pas. Parfois par timidité, parfois par ignorance Du milieu ou vit l'autodidacte, par méconnaissance de la manière de voir, de sentir, de comprendre, de juger, les intellectuels font de faux pas. Il arrive de blesser sans Le vouloir. Pour Le milieu populaire une idée est un acte. Les éducateurs ne savent pas toujours quelle langue tenir à ceux dont ils ignorent les difficultés, les tâtonnements, parfois les drames intérieurs (DUMAZEDIER, 1958).

concebiam que aquilo que poderia ser um problema no nível individual e familiar, deixava de sê-lo quando pensado e trabalhado em nível de grupo. Por trás dessa perspectiva, existia a crença de que quando os interesses se organizavam coletivamente para solucionar as debilidades individuais, os resultados eram mais profundos e profícuos. Nesse sentido, com vistas a correlacionar uma ação prática das camadas populares como um aporte de conhecimentos produzidos pelos intelectuais, buscava-se caminhar na direção de valores que pudessem pôr em cena uma nova realidade social. A isso, aqueles intelectuais chamavam de promoção integral¹⁸.

Algumas características marcavam essa promoção integral. A primeira era uma população preparada, por uma determinada elite intelectual, para enfrentar as tarefas que o novo projeto de sociedade imaginado demandava. A segunda versava sobre a adaptação das possibilidades de participação daqueles setores na vida social, política e econômica por meio de trabalhos no interior das próprias comunidades. Uma terceira característica era a formação de grupos de intelectuais especializados para interpretar e harmonizar o trabalho de nucleação popular, cada qual em um campo, a fim de controlar as etapas vislumbradas para as mudanças sociais ocorrerem.

Esse controle era realizado por meio da intervenção desses especialistas no cotidiano das camadas populares. Em um quadro que visava ingerir de forma contundente nas transformações e desenvolvimento dos organismos políticos, sociais e econômicos existentes à época, as intervenções eram realizadas por meio de especialistas em economia, artes, sociologia, educação de

base, organização comunitária e psicologia. Esses campos não deveriam trabalhar isoladamente, mas compartilhar a contribuição do seu setor, da sua especialidade ao complexo operacional ali denominado de promoção integral. Em síntese, tratava-se de saber associar e coordenar, conforme as necessidades e sobre um mesmo prisma, as diversas técnicas e interesses. O importante, ao fim e ao cabo, era a progressão calculada e planejada das camadas populares.

Todos esses fatores operavam a partir da crença na autonomia do homem. Essa assertiva suscita diferentes possibilidades de respostas para justificar o posicionamento daqueles intelectuais. Contudo, à luz das perspectivas de como eles conduziam essa autonomia aos setores populares, entendemos que o trabalho realizado estava dentro de uma estrutura de pensamento secular. Acrescentamos, ainda, que essa estrutura de pensamento não se limitava só a elite intelectual do MCP. Mas estava refletida na “vida intelectual” daquela época.

Desde o século XIX até pelo menos meados do século XX, as Universidades brasileiras eram frequentadas, em grande medida, pelos membros das classes dominantes. Elas serviram para educar as elites e eram funcionais nesse sentido, uma vez que educavam esses indivíduos naquilo que poderíamos definir como um sentido lato de uma educação burguesa. Isto é, a Universidade lutava pelo progresso científico e humano, mantendo a afirmação de que não havia, necessariamente, que ocorrer mudanças nas estruturas sociais. Dentro dessa engrenagem, os intelectuais acabavam sendo os principais responsáveis e transmissores das estruturas culturais, econômicas e políticas da sociedade a qual pertenciam¹⁹.

¹⁸Essa concepção de promoção integral era inspirada a partir das ideias elaboradas pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret. Ver a respeito dessa concepção (BOSI, 2012).

¹⁹As reflexões aqui apresentadas sobre o perfil das Universidades brasileiras e seus alunos foram fundamentadas a partir da Aula Magna da Prof^a Dr^a Maria Lígia Coelho Prado, ministrada em março de 2012, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Embora a professora tenha direcionado sua arguição ao contexto do surgimento e história da Universidade São Paulo, ela nos deu subsídios mais que suficientes para traçarmos as colocações que ora apresentamos. (PRADO, 2012).

Embora essa funcionalidade e, sobretudo, suas consequências no modo de pensar de uma geração, não fossem reconhecidas por uma parcela considerável da intelectualidade dos anos 1950/60, inclusive por aqueles que militaram no MCP, a Universidade a qual todos em grande medida eram devedores intelectuais, era uma instituição investida desse caráter burguês. Essas variáveis acabavam por atribuir aos intelectuais a prerrogativa de serem eles, as pessoas aptas a encontrarem “as verdades sociais” independente do campo ou realidade em que eles se encontravam.

A partir dessas considerações, dois fatores precisam ser realçados. O primeiro era que, a partir dessa perspectiva, o treinamento acadêmico, a vivência naquelas instituições de ensino, produziam espécies de seres humanos diferenciados dos demais – o homem educado. Isso aplicado a uma determinada realidade em que mais da metade da população era analfabeta, os intelectuais eram investidos da responsabilidade de guiar os demais setores da sociedade. O segundo elemento é que o impacto da aproximação efetiva de uma parte considerável desses intelectuais das camadas populares possibilitou uma mudança de postura frente à conjuntura social na qual estavam inseridos. Mas não eliminou, por completo, as antigas heranças culturais desses intelectuais. Isso nos ajuda a aprofundar nossas reflexões sobre as contradições entre as posições teóricas dos intelectuais que militaram no MCP e as práticas por eles desenvolvidas no interior do movimento pernambucano para alçar as camadas populares a novos patamares na sociedade pernambucana.

Nesse sentido, o que pesa e importa para o fim colimado das nossas reflexões, é deixar claro que o distanciamento dos intelectuais da década de 1950/60 de sua herança acadêmica secular, ocorreu por meio do novo entendimento sobre “autonomia do homem” gerado a partir da aproximação das camadas populares. Ve-

jamos a autoanálise realizada pelos intelectuais daquele movimento no Plano de Ação para o ano de 1963:

Suas atividades iniciais se orientaram, fundamentalmente, no sentido de conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base. A realidade de um Estado com enorme índice de analfabetismo exigia esforços urgentes a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife, dotando-os de uma nova consciência.

Com o tempo, foi o MCP diversificando seu campo de ação e novos tipos de contato com a massa se foram forjando: teatro, núcleos de cultura popular, meios informais de educação, canto, música e dança popular, artes plásticas e artesanato, etc. Nestes três anos, uma rica soma de experiências e ensinamentos foi acumulada. Mas, com o crescimento e ampliação acelerados do Movimento, foi sentida a necessidade de dar um balanço nos resultados positivos e negativos registrados e de apreciar, criticamente, as falhas existentes em nosso trabalho. Tais falhas, no essencial as originavam da ausência de um planejamento global e realista, em que fossem examinados a linha diretora, as diretrizes gerais, os meios, os procedimentos, o caráter das atividades para um determinado período de tempo e as linhas de ação para cada projeto.

Este documento surgiu assim para dar condições ao MCP de desempenhar com êxito as novas tarefas que precisa enfrentar, corrigindo as distorções que entravavam sua expansão ordenada. É um instrumento básico e indispensável para que o MCP inicie uma fase superior de sua ação pela cultura popular (APGC, doc. Projeto do Plano de Ação para o ano de 1963).

A partir desse excerto de documento, podemos supor que o clima intelectual gerado pelo intenso contato com as camadas populares trouxe uma liberação gradual da influência e do controle metafísico das heranças culturais de um pensamento secular de sociedade sobre aqueles intelectuais. Isso significava, dito de outro modo, a perda de uma visão global de mundo fundamenta-

da a partir de um sistema em que o intelectual poderia deduzir a ordem ideal de sociedade exclusivamente subsidiados pelos seus conhecimentos acadêmicos. Ou seja, os valores pelos quais aqueles intelectuais brigavam não pairavam mais acima da sociedade. Acima das experiências e vivências cotidianas das camadas populares.

Mas o desenvolvimento dessa relação entre intelectuais e as camadas pobres da cidade do Recife e o estímulo gerado no sentido desses intelectuais se afastarem de antigas concepções sobre em que bases as transformações da sociedade deveriam ser fundamentadas, não alterou, conforme já demonstrado, a concepção que esses intelectuais tinham de se verem como aqueles que iriam conduzir as massas rumo a uma nova configuração de tecido social, cuja maior marca era inserir os setores sociais marginalizados em todas as dinâmicas da sociedade.

Entendemos que compreender e desenvolver a coexistência dos homens – “educados” e “não educados” – a fim do estabelecimento de uma sociedade de liberdade e ordem de acordo com as necessidades de todos os seus membros, não evitava que os intelectuais do MCP de se entendessem como pessoas diferenciadas dos demais estratos da sociedade pernambucana. Essa é a característica que buscaremos fundamentar, a partir das análises dos projetos e das ações daqueles intelectuais no interior do MCP.

Considerações finais

Ao longo do nosso texto, procuramos entender a aproximação de uma determinada elite intelectualizada das camadas populares. Buscamos atingir o fim colimado, alicerçando nossas análises a partir das “estruturas

de pensamento [...], comandadas pelas evoluções socioeconômicas que organizam as construções intelectuais” (SOARES, 2011). Desse modo, nosso artigo, por meio do entrelaçamento das análises realizadas na documentação oficial do MCP e da conjuntura sociopolítica pernambucana de meados do século XX, intencionou desnudar as múltiplas facetas do projeto político-cultural levado a cabo pelo MCP nos anos 1960.

Como toda experiência social, dinâmica por excelência, o MCP não se reduzia prontamente a uma fórmula simples de definição que contivesse implicitamente todos os seus traços essenciais. No entanto, algo nos parece sintomático: havia uma latente preocupação dos intelectuais em ampliar a participação política das camadas populares, mas dentro de uma dinâmica de participação orientada pelas elites progressistas intelectualizadas.

Dessa maneira, uma das problemáticas associadas a nossa interpretação é compreender os projetos do MCP não como uma forma abstrata de solidariedade humana que requeria dos seus militantes a abnegação de si mesmos como pessoas engajadas em um determinado projeto político, mas, sim, entendê-lo como uma peça fundamental nos embates dos projetos ideológicos e de sociedade travados na cena política pernambucana dos anos 1960.

Nesse sentido, uma das muitas preocupações que nosso artigo traz intrinsecamente nas argumentações é não desenvolver uma mística do MCP que o torne uma torre de marfim longe dos interesses políticos e de classe de um determinado nicho da sociedade pernambucana. Essa perspectiva nos fez direcionar nossas atenções para entender de forma acurada suas funções e a natureza dos empreendimentos educacionais e culturais levados a cabo pelo movimento.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. Paris, Tese (Doutorado), Université Paris Descartes, 1975.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Editora UFPE, 1993.
- ARRAES, Miguel Newton. *Que foi MCP? Arte em Revista*, ano 2, v. 3, 1964.
- BOSI, Alfredo. *Economia e humanismo. Estudos Avançados*, v. 26, 2012, p. 249-266.
- CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena*. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DUMAZEDIER, J. *Les autodidactes par eux mêmes*. Paris: Houlgate, 1958.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *A Universidade em perspectiva histórica: projetos do passado e desafios do presente*. 2012. Aula magna ministrada no curso de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2012.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. *História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos*. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa (vol.II)*. São Paulo: Humanitas, 2011, p. 87 - 97.
- SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise - 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes primárias

- Decreto nº 4270, 08 mar. 1961.
- Discurso de Miguel Arraes em comício, 28 jul. 1963.
- Documento s/n. Arquivo particular Germano Coelho.
- Documento s/n. I Festival de Teatro do Recife.
- Documento s/n. I FESTIVAL DE TEATRO DO RECIFE. “SIGNIFICAÇÃO DO FESTIVAL”.
- Estatuto do Movimento de Cultura Popular, 13 maio. 1960.
- Novas Esperanças: o que disse Tristão de Athayde sobre o Governador Miguel Arraes.
- Ofício, 22 out. 1962. Inclusão, no Orçamento da União para 1963, de Cr\$100,000,000,00 (cem milhões de cruzeiros) para educação de adultos, através do Movimento de Cultura Popular.
- Projeto do Plano de Ação para o ano de 1963.
- Relatório sobre o I Festival de Teatro do Recife produzido por Graça Mello.

Submissão: 01/03/2017

Aceite: 25/03/2018